

Sábado, 25 de Abril de 2026

Lira convoca reunião com líderes da Câmara após Flávio Dino suspender emendas POR VIDEOCONFERÊNCIA

g1

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), convocou líderes da Casa para uma reunião por videoconferência, nesta quinta-feira (26).

Lira afirmou que a reunião é para tratar da sucessão na mesa da Câmara, eleição que deve ocorrer em 3 de fevereiro, já que o primeiro dia do mês é um sábado.

Apesar de ser **claro o incomodo dos líderes a respeito da decisão de Flávio Dino** de suspender o pagamento de R\$ 4,2 bilhões em emendas parlamentares, Lira disse que “não há possibilidade de a Câmara fazer nada neste momento para reverter” a decisão.

Na segunda-feira (23), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a interrupção do pagamento das emendas de comissão. Ele também pediu a abertura de um inquérito da Polícia Federal (PF) para apurar possíveis práticas criminosas na liberação e destinação de emendas parlamentares.

As emendas parlamentares são uma reserva dentro do Orçamento usadas conforme indicação de deputados e senadores. É esse o dinheiro enviado pelos parlamentares para estados e municípios. O pagamento dos recursos é responsabilidade do governo federal.

O governo segue trabalhando até 31 de dezembro para empenhar emendas e fechar o orçamento de 2024. O ministro Alexandre Padilha, articulador político do governo, segue trabalhando em Brasília.



Arthur Lira preside sessão na Câmara — Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

A decisão de Dino marca mais um episódio do embate entre o STF e o Congresso em torno das emendas parlamentares. Em agosto, o ministro já havia suspenso o pagamento de todas as modalidades até que o Congresso estabelecesse novos critérios de transparência e rastreabilidade.

No início de dezembro, Dino liberou os pagamentos, desde que fossem cumpridas diversas condições para cada modalidade de emenda existente ([veja os critérios aqui](#)).

As mudanças impostas pelo ministro do Supremo geraram incômodo entre os parlamentares, que chegaram a travar a análise de projetos caros ao governo federal, como o pacote de corte de gastos e a regulamentação da reforma tributária.

Decisão do ministro

Na decisão desta segunda (23), Dino determinou que a Câmara publique em até cinco dias as atas das reuniões das comissões nas quais as emendas foram aprovadas.

Esses registros devem ser encaminhados à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência, chefiada pelo ministro Alexandre Padilha, responsável pela relação do Planalto com o Congresso.

O ministro do STF também decidiu que o pagamento das emendas só poderá ser feito depois que essas atas chegarem ao Planalto e desde que sigam os critérios de transparência e rastreabilidade definidos pela Corte em decisão no último dia 4.

Por fim, determinou que as emendas de 2025 só poderão ser autorizadas caso os requisitos sejam cumpridos.